

ANÁLISE DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL NO PERÍODO DE 1995 A 2009¹

Danillo Teles de Britto Bispo²

Resumo: Este artigo analisa a evolução e correlação de indicadores de desenvolvimento econômico do Brasil no período de 1995 a 2009. Foi utilizada análise descritiva e de estimativas dos coeficientes de correlação entre os indicadores e do ponto de vista teórico, foram abordadas as principais correntes teóricas do desenvolvimento. No ano de 2007 ocorre o crescimento mais expressivo do Produto Interno Bruto, de 6,09%, a renda domiciliar – *per capita*, alcançou o seu maior nível em 2009, com R\$ 705,72, quanto aos pedidos de patentes, três fases marcam os pedidos de patentes no Brasil, ou seja, de 1997 a 1998 ocorre uma redução, de 1999 a 2004, observa-se crescimento, de 2005 a 2007 ocorre retração dos pedidos de patentes; no que se refere a taxa de analfabetismo, o País registrou a taxa de 9,1% em 2007; o menor coeficiente de Gini registrado foi de 0,543, em 2009; a esperança de vida ao nascer em 1995 era de 68,49 anos, em 2009 evoluiu para 73,09; de modo geral, os indicadores de desenvolvimento estão correlacionados significativamente aos níveis de 1% e 5%. Concluiu-se que a economia brasileira precisa experimentar mudanças, com melhores condições de educação e uma melhor distribuição de renda.

Palavras-chaves: Desenvolvimento econômico. Industrialização. Distribuição de renda.

Abstract: This article examine the evolution and correlation of the indicators of economic development in Brazil in period 1995 to 2009. A descriptive analysis was used and of estimatives of correlation of the coefficients between the indicators, of the theoretical point of sight, were board the main theoretical chain of the development. In the year 2007 occur the most growth expressive of the internal product gross, of 6.09%, the household income - *per capita*, reached the his greater level in 2009, with R\$ 705.72, how much the petition of patents, three phrase mark the petition of patents in Brazil, or be from 1997 to 1998 to occur a reduction, from 1999 to 2004, it observe growth, from 2005 to 2007 occur retraction of the petition of patents, in what if refer the rate of illiteracy, the country registred a rate of 9.1% in 2007, the smallest Gini coefficient of 0.543, was recorded in 2009, the life expectation at born in 1995 was of 68.49 years, in 2009 has evolved to 73.09, so general, the development indicators are significantly correlated to levels of 1.0% and 5.0%. It was concluded that the Brazilian economy needs to experience changes, as better education of condition and better income distribution.

Keywords: Economic Development. Industrialization. Income distribution.

JEL Classification: O11; O15.

¹ O autor agradece os comentários e sugestões feitos por Moema Maria Badaró Cartibani Midlej.

² Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. Pós-graduando em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: danilloeconomia@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva histórica, o desenvolvimento econômico surge nos países que se inseriram num capitalismo moderno, pautado no acúmulo de capital e de produtividade. Condições históricas, geográficas, políticas, culturais, institucionais e boas práticas econômicas, tornam-se essenciais para que uma nação possa experimentar o desenvolvimento econômico sustentado.

Os países desenvolvidos possuem alto índice de industrialização e elevado padrão de vida, em função da melhor distribuição de renda e nível tecnológico de ponta. Dentre as características dos países desenvolvidos destacam-se: utilização eficiente dos fatores de produção e dos recursos naturais, ordem econômica e qualidade elevada dos produtos manufaturados.

A abordagem sobre o desenvolvimento econômico pela teoria econômica começou a ocorrer, depois da formação dos Estados Nacionais e da revolução industrial. As nações começaram a dar mais importância ao desenvolvimento com uma visão conceitual mais abrangente depois da Segunda Guerra Mundial, através de indicadores usados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentro desse contexto, o desenvolvimento econômico tornou-se foco na esfera política dos países, de modo que o objetivo da política econômica seria alcançar níveis elevados de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, na perspectiva de dispersão do desenvolvimento, a ONU cria organismos para estudar as economias de regiões distintas do mundo, como por exemplo, a Comissão Econômica para a Europa, bem como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), criada em 1948 (TEODHORO, 2004).

A partir do entendimento do desenvolvimento econômico, a gestação de um “novo” modelo de economia para o Brasil rompe com a especialização na produção e exportação de produtos primários, nesse sentido a Cepal exerce grande influência para o início dessa transformação nos países considerados como periféricos, através de uma discussão teórica fundamentada em evidências empíricas da evolução da economia latino-americana.

No contexto de desenvolvimento econômico, a economia brasileira é marcada na década de 1930 pela ruptura do modelo agro-exportador³. A partir desse momento, em função da crise mundial ocorrida em 1929, em que o Brasil era extremamente dependente das exportações de café, começou-se a articular um modelo de desenvolvimento econômico voltado para a substituição das importações e industrialização da economia.

Carvalho *et al.* (2004) coloca que é marcante na década de 1940, o começo da inquietação teórica acerca do desenvolvimento econômico da América Latina. Chegou-se a considerar neste período que, com a liberalização comercial, as economias primário-exportadoras não teriam capacidade de absorver os frutos do progresso técnico devido à secular deterioração dos termos de troca entre exportações e importações, ou seja, com o passar do tempo não seria possível os países periféricos importar produtos manufaturados das economias centrais.

A discussão dos cepalinos centrava-se em promover a industrialização dos países periféricos, e tal pensamento fora disseminado no Brasil, que teve como principal expoente dessa corrente, Celso Furtado (1920-2004). É fruto desse pensamento, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), para minimizar as disparidades regionais observadas no Brasil. Segundo Teodhoro (2004), a contribuição mais relevante da Cepal foi sistematizar que o subdesenvolvimento é um estágio que antecede o desenvolvimento, e coloca-se como uma forma de inserção no sistema capitalista global.

De acordo com Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico, na concepção da teoria econômica do desenvolvimento teve como identificação a industrialização, uma vez que este setor conseguiu transferir a força de trabalho do setor agrícola e de extração que tem baixo valor agregado, para atividades de manufatura com um nível de produtividade mais elevado.

Na análise de Tavares (2007), no que se refere à localização da industrialização pesada no Brasil no período de 1950 a 1980, o Estado de São Paulo é a referência e, posteriormente, transborda para Minas Gerais (siderurgia e metal-mecânica).

³ Os teóricos da CEPAL postulavam que seria necessária a industrialização da economia brasileira para que não houvesse a deterioração dos termos de troca. Para atender a esse objetivo, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na tentativa de retirar a economia brasileira do atraso e desconcentrar a indústria brasileira.

As condições para uma mudança em curso na economia brasileira estavam constituídas, o mercado interno passou a ser dinâmico para atender ao processo de urbanização e industrialização do Brasil. Acompanhando esse processo de mudanças significativas, o mercado de trabalho escravo foi substituído pelo trabalho assalariado, dando condições para sustentar uma nova fase da economia brasileira no século XX.

2. O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A participação do Estado na economia brasileira ao longo do século XX fez-se necessária em função de que o setor privado era incipiente, pelos efeitos da crise de 1929 e pela grande necessidade de industrializar rapidamente um país considerado atrasado em relação a alguns países europeus.

Contrariando aos pressupostos do pensamento dos economistas clássicos, o Estado assume o papel de Estado-Desenvolvimentista, indo além de planejador da industrialização iniciada na Era Vargas, consolidada depois com Juscelino Kubitschek de Oliveira, em que o Estado passou a investir em setores considerados estratégicos como energia, estradas, comunicações etc., para que viabilizassem o processo de industrialização no Brasil. Desse modo, o desenvolvimento econômico brasileiro pode ser analisado sob a ótica da Macroeconomia de Keynes⁴, pois a demanda efetiva tem seu papel fundamental nesse processo.

Para resolver a problemática no que se refere ao atraso industrial num capitalismo industrial lento, só é possível através de dois ciclos de industrialização pesada, o Plano de Metas e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Com os deslocamentos da população e também a sua marginalização e “mercados informais” de trabalho, o problema do subdesenvolvimento com uma distribuição de renda desigual não é resolvido, o que provocou o aumento da pobreza urbana (TAVARES, 2007).

O Estado é um agente que tem atuação importante nos ajustamentos e na redistribuição dos fatores produtivos quando define suas políticas de desenvolvimento. É possível definir uma política que tenha como foco o setor industrial enquanto uma das bases do processo de desenvolvimento econômico, assim, faz-se importante capturar os

⁴ Com uma abordagem analítica distinta dos economistas clássicos, o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) marca o surgimento da análise macroeconomia no arcabouço da teoria econômica a partir da crise mundial ocorrida em 1929. Como foco analítico, a abordagem keynesiana volta-se para o pleno emprego, taxa de juros, investimento e poupança.

efeitos da ampliação e da diversificação industrial, haja vista que tanto a ampliação quanto a diversificação acabam refletindo o nível tecnológico do processo de desenvolvimento em questão (CORREA *et al.*, 2008).

Nos países cuja economia não atingiu um nível de desenvolvimento que atende aos anseios da sociedade, faz-se necessário que o Estado possa articular a sociedade para os caminhos do desenvolvimento com instrumentos de política econômica que, fundamentalmente, conduzam a desconcentração de renda, aumento da poupança interna, inserção competitiva no mercado internacional e o progresso tecnológico para experimentar a elevação da produtividade.

Com base nesse contexto, o escopo deste trabalho é analisar indicadores de desenvolvimento econômico do Brasil, no período de 1995 a 2009. Dessa forma, este artigo tenta responder aos seguintes questionamentos: Como ocorreu a evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico utilizados? De que forma os indicadores de desenvolvimento econômico estão correlacionados?

Para uma melhor compreensão da estrutura da economia brasileira, no que se refere aos entraves e potenciais existentes de toda ordem e das disparidades regionais, o debate não se esgota nos indicadores utilizados neste estudo, é preciso ampliar a discussão sob a ótica de outros indicadores que também refletem o desenvolvimento econômico, como por exemplo, indicadores relacionados à saúde, meio ambiente, transporte, segurança, habitação e aspectos institucionais.

Debater acerca da evolução da economia brasileira sob a perspectiva do desenvolvimento econômico é uma abordagem relevante, por se tratar de uma questão que está na ordem do dia de qualquer nação, sobretudo pela acumulação de capital que a economia global alcançou nos últimos anos, e, além disso, pelas distorções na distribuição de renda. Resgatar a discussão que envolve indicadores de ordem econômica e social neste momento é, acima de tudo, pensar num País com maiores oportunidades de mobilidade social para seu povo, e no papel do Estado no desempenho de indicadores de desenvolvimento econômico.

Portanto, o debate deste assunto é importante porque coloca em questão a estrutura da economia brasileira num momento histórico, em que o papel do Estado na

economia e as relações internacionais, determinam conjunturas diferentes das que foram observadas até a década de 1970⁵.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta uma revisão das principais discussões teóricas e conceituais que tratam do desenvolvimento econômico. Esta abordagem é colocada de forma plural com o objetivo de demonstrar a evolução da teoria econômica.

A corrente dos economistas clássicos⁶ é apresentada como uma forma de demonstrar a riqueza da discussão da teoria econômica, tendo em vista que seus postulados não cabem para analisar os fenômenos da economia na atualidade.

3.1. Desenvolvimento Econômico: Abordagem Conceitual e Teórica

Com relação ao conceito de desenvolvimento econômico não há uma definição inteiramente aceita, pois existem várias correntes que abrangem este tema. O crescimento econômico é considerado como desenvolvimento por uma corrente teórica, no entanto, não é uma condição suficiente. Os economistas desta corrente consideram que uma economia é subdesenvolvida pelo fato de apresentar taxas de crescimento menores que as economias desenvolvidas, mesmo tendo fatores de produção operando de forma ociosa, como terra e trabalho.

⁵ Com o pós-guerra, o sistema capitalista experimentou fases de grande crescimento, impactando em volumes de produção e da produtividade cada vez maiores e, além disso, incorporando mão de obra ao mercado de trabalho de modo relativamente homogêneo. No entanto, tal crescimento, observado até por volta do início da década de 1970, pode ser atribuído ao receituário do Modelo Keynesiano adotado pela maioria dos países. A partir desse período, observa-se o enfraquecimento deste modelo, que culminou com crises econômicas agravadas principalmente pela incapacidade do financiamento continuado dos elevados gastos públicos. Além disso, as crises econômicas podem ser atribuídas também ao colapso do Sistema de Bretton Woods, o que contribuiu, em certa medida, para os desequilíbrios internos e externos dos países menos industrializados, implicando na redução e distorções na distribuição da renda, produção e produtividade, dando condições para desequilíbrios no mercado de trabalho, sobretudo em países subdesenvolvidos (BISPO, 2010, p. 1-2).

⁶ As críticas do pensamento latino-americano ao conceito de desenvolvimento, com ênfase apenas na evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital, sem um olhar para as melhorias das condições sociais da população, contribuíram para que a dimensão social ganhasse relevância no conceito de desenvolvimento. Com isso, governos de todo mundo e organismos internacionais como ONU, OCEE, OCDE, CEPAL, entre outras, introduzem instrumentos de medidas para quantificar o desenvolvimento social (SANTAGADA, 1993). Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vem acompanhando o desempenho dos países na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das pessoas, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbubul Haq (SANTOS, *et al.*, p. 54-55).

Desenvolvimento econômico não deve ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão podem não estar beneficiando a economia como um todo, bem como sua população. Podem estar ocorrendo efeitos perversos, tais como: a) transferência do excedente para outros países; b) apropriação do excedente por poucas pessoas no próprio país; c) os salários continuam extremamente baixos; d) as empresas tradicionais não conseguem desenvolver-se pelo pouco dinamismo do setor de mercado interno; e) não se implantam atividades ligadas às empresas que mais crescem, exportadoras ou de mercado interno (SOUZA, 1997, p. 16).

Sustentar a argumentação de que crescimento e desenvolvimento são fatores que devem ser analisados sob a mesma ótica é uma afirmação de caráter meio superficial, é preciso levar em consideração a economia em seu conjunto. Variáveis como renda podem ser interpretadas de forma equivocada, uma vez que, pode ocorrer crescimento da renda de um determinado país, mas de maneira concentrada. Assim, com base nesse contexto, pode-se dizer que não é possível aceitar a ideia de que crescimento e desenvolvimento têm o mesmo significado.

Outra corrente teórica conceitua crescimento econômico apenas como a variação quantitativa do produto, de modo que desenvolvimento econômico abarca transformações qualitativas na maneira de viver das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Nestes termos, desenvolvimento caracteriza-se por mudanças de uma economia atrasada, ineficiente, em uma economia moderna, eficiente, concomitante a melhoria da condição de vida da população em seu conjunto (SOUZA, 1997).

Ainda Souza (1997), o desenvolvimento econômico se caracteriza pela existência de crescimento econômico de forma continuada (g), num ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo transformações na estrutura, bem como melhoria de indicadores socioeconômicos *per capita*. Quanto ao horizonte de tempo, o desenvolvimento econômico se verifica no longo prazo, que conseqüentemente se observa aumento da produtividade, diversificação da economia e progresso da tecnologia.

Do ponto de vista da economia política, Adam Smith postulou em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776), que a dimensão econômica do desenvolvimento de uma nação era proveniente através do seu crescimento, em que o indivíduo ao procurar seu próprio interesse promove o interesse da sociedade mais do que realmente procurasse promovê-lo.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. Ninguém, a não ser o mendigo, sujeita-se a depender sobretudo da benevolência dos semelhantes. Mesmo o mendigo não depende inteiramente dessa benevolência. Com efeito, a caridade de pessoas com boa disposição lhe fornece tudo o de que carece para a subsistência. Mas embora esse princípio lhe assegure, em última análise, tudo o que é necessário para a sua subsistência, ele não pode garantir-lhe isso sempre, em determinados momentos em que precisar (SMITH, 1996, p. 74).

O arcabouço teórico apresentado de forma analítica na obra de Smith é fundamentado em modelos teóricos de crescimento econômico, cuja riqueza ou o bem-estar de uma nação é observado através do produto anual per capita, no qual é determinado pela produtividade do trabalho que produz excedente de valor em relação ao custo de produção, e pela relação: número total de trabalhadores empregados produtivamente e população total.

O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho. Compreenderemos mais facilmente os efeitos produzidos pela divisão do trabalho na economia geral da sociedade, se considerarmos de que maneira essa divisão do trabalho opera em algumas manufaturas específicas. É comum supor que a divisão do trabalho atinge o grau máximo em algumas manufaturas muito pequenas; não, talvez, no sentido de que nessas a divisão do trabalho seja maior do que em outras de maior importância [...] (SMITH, 1996, p. 65).

David Ricardo discute na obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), a distribuição da riqueza entre o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores. No que se refere à distribuição da riqueza, Ricardo coloca que deverá ser feita entre salários, lucros e renda da terra, no qual coloca que os lucros e renda da terra é a fonte de riqueza de uma nação. O desenvolvimento na ótica de Ricardo é proveniente do montante de investimento feito pelo capitalista.

Ao buscar um emprego lucrativo para seus recursos, um capitalista considerará naturalmente todas as vantagens que uma atividade pode oferecer relativamente a outra. Ele poderá, portanto, preferir o sacrifício de parte de seu ganho monetário em troca de segurança, da simplicidade, da facilidade

ou de qualquer outra vantagem real ou imaginária que um emprego possa ter em relação a outro (RICARDO, 1996, p. 64).

David Ricardo difere de Adam Smith em sua análise central acerca da economia, pois Smith focava em fazer uma investigação analítica acerca das causas do crescimento das nações, no qual era a raiz de onde se originava os impulsos de acumulação de capital. De outro modo, a análise de Ricardo fundamentava-se na distribuição do produto total entre os donos da terra, os donos do capital e os trabalhadores.

Como método de análise de distribuição dos lucros, Ricardo utilizava da produção agrícola, em razão de que seria possível causar a distribuição nos demais setores, pois dentro dessa perspectiva, a determinação dos salários se dava pelas condições mínimas necessárias capazes de assegurar a subsistência dos trabalhadores. As análises de Smith e Ricardo acerca da explicação da riqueza de uma nação servem, como meio para originar a teoria do crescimento, em que o conceito de desenvolvimento vincula-se a evolução do sistema capitalista, acumulação e renda.

Schumpeter foi o teórico que deu um tratamento analítico e sistematizado acerca da inovação, colocava que o desenvolvimento do capitalismo seria em função do surgimento de pessoas que empreendam, e que tal capacidade seria responsável pelo desenvolvimento econômico. Para Schumpeter, o crescimento da população, a elevação da produção e a acumulação de recursos não seriam fatores que determinavam o desenvolvimento econômico, atribuía ao progresso técnico como um meio para atingir o dinamismo econômico.

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

Segundo Schumpeter, no processo de desenvolvimento econômico, a figura do empresário inovador é de grande relevância, pois é o empresário inovador que coloca produtos novos no mercado originados de novas combinações, que foram dadas de

modo mais produtivo dos fatores de produção, além disso, por ter colocado em prática qualquer invenção ou inovação tecnológica, o que será responsável pelo aumento do lucro do empresário.

De acordo com (Bresser-Pereira, 2008), desenvolvimento econômico significa não apenas elevação da renda per capita, avanços nos salários médios e dos padrões de vida, é necessário também transformações estruturais na economia. Schumpeter foi o primeiro economista a postular esse fato, afirmando que o desenvolvimento econômico se traduz em transformações estruturais, que apenas o crescimento da renda per capita não garante. Além disso, usou a diferença entre desenvolvimento econômico e crescimento para ressaltar a falta de lucro econômico no fluxo circular em que ocorreria no máximo crescimento, e para colocar a relevância da inovação, ou seja, de investimento com inserção do progresso técnico, no que pode-se considerar de fato processo de desenvolvimento econômico.

4. NOTAS METODOLÓGICAS

O presente trabalho utilizou, como indicadores de desenvolvimento: PIB - variação real (% a.a.), renda domiciliar - *per capita* – média, pedidos de patentes, taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, renda - desigualdade - coeficiente de Gini e esperança de vida ao nascer. Os dados utilizados neste estudo foram consultados nos sites do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEADATA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Os dados⁷ utilizados para o estudo em questão são anuais e estão compreendidos entre 1995 e 2009. O recorte desse período histórico-econômico foi feito em função de se tratar de um momento de estabilização da economia brasileira, ou seja, marca o fim dos sucessivos planos econômicos heterodoxos e ortodoxos.

⁷ As fontes consultadas dos dados, não disponibilizam as séries de 1995 a 2009 das variáveis: renda domiciliar - *per capita* – média, pedidos de patentes, taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade e renda - desigualdade - coeficiente de Gini. Apenas as séries temporais do PIB - variação real (% a.a.) e esperança de vida ao nascer, estão disponíveis no período de 1995 a 2009.

Utilizou-se das principais medidas da estatística descritiva para análise, como, variação percentual, tabela e gráficos. Além disso, foi empregada a técnica estatística de correlação⁸ entre os indicadores de desenvolvimento, no *software* SPSS versão 10.0.

5. ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, a economia brasileira experimentou um novo momento, de estabilidade econômica. Com base na Figura 1, examinando os dados, pode-se observar que o produto interno bruto (PIB) no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), obteve taxas pífias de crescimento em comparação com as taxas do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2009), o que pode ser explicado pelo fato da economia brasileira estar passando por transformações importantes, quer seja pelas privatizações, ou pela fase de estabilização do Plano Real.

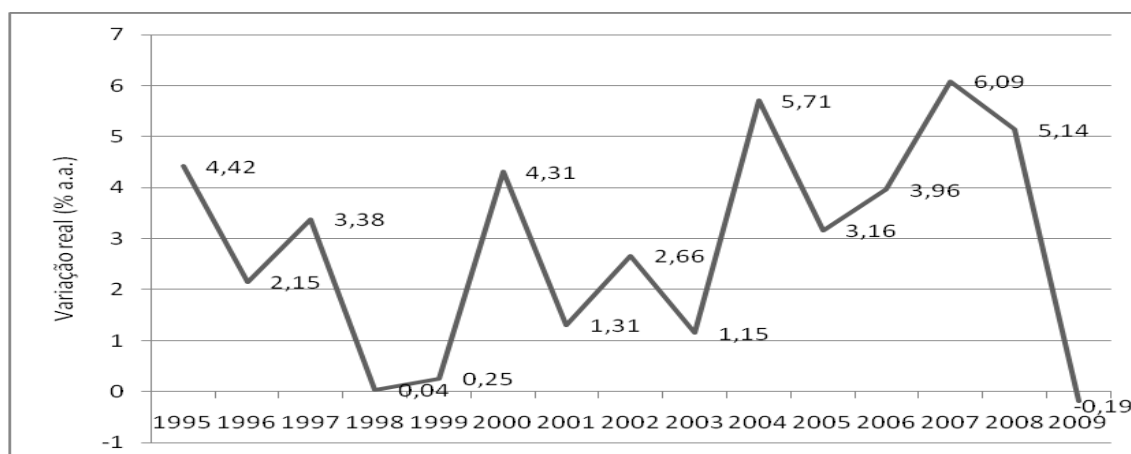


Figura 1 – Evolução PIB - variação real (% a.a.) do Brasil, 1995 a 2009.

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IPEADATA - www.ipeadata.gov.br (2010).

De acordo com a Figura 1, no período de 1995 a 2009, mais precisamente no ano de 2007, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, ocorre o crescimento mais expressivo do PIB, da ordem de 6,09%. Pode-se atribuir tal crescimento, dentre outros fatores, às políticas de transferência de renda que aumentaram o consumo, investimentos e demanda interna, por exemplo. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, o maior crescimento registrado de acordo com os dados apresentados na Figura 1, foi de 4,42%.

⁸ Correlação de Pearson é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. Varia entre os valores -1 e 1. O valor 0 (zero) significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversa, ou seja quando uma das variáveis aumenta a outra diminui. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis.

No ano de 2009, o PIB apresentou variação negativa em razão da crise financeira internacional, que impactou de forma negativa, em diferentes proporções, em cada país. A falência de empresas, bancos europeus e americanos refletiram na economia mundial, com retração da atividade econômica. Como o mercado interno brasileiro estava menos vulnerável a desequilíbrios externos, este não sofreu impactos desastrosos em decorrência da crise, como em outros países.

No período de 1995 a 2009, observa-se que a renda domiciliar – *per capita* – média (R\$) alcançou o seu maior nível em 2009, com R\$ 705,72, de acordo com a Figura 2. Os dados examinados demonstram que, a renda domiciliar – *per capita* – média (R\$) sempre esteve acima do salário mínimo nominal vigente ao longo da série temporal. Vale discutir que a renda *per capita* é muito utilizada como um dos mais importantes indicadores de desenvolvimento, no entanto como média, distorce a distribuição de renda, o que em certa medida não reflete o nível de bem-estar da população que auferir renda baixa.

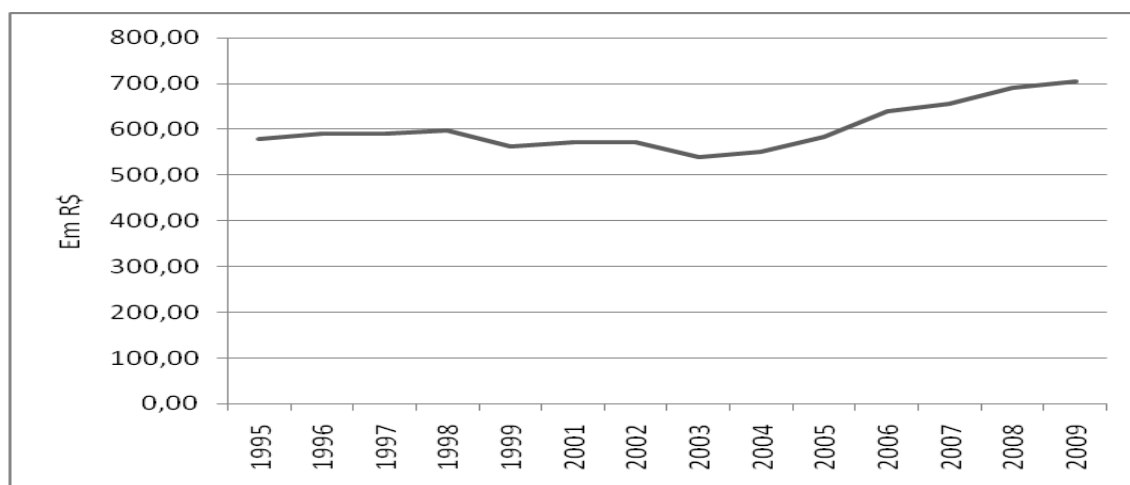


Figura 2 – Renda domiciliar – *per capita* – média (R\$) do Brasil, 1995 a 2009.

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IPEADATA - www.ipeadata.gov.br (2010).

Por esta razão, se faz necessário analisar outras variáveis tomadas como indicadores de desenvolvimento. Um país pode ter uma renda *per capita* elevada, mas a maioria de sua população pode estar vivendo em condições de pobreza, desta forma, este indicador não revela as disparidades regionais existentes como no Brasil.

Quanto aos pedidos de patentes, observa-se na Figura 3, que ao longo do período de 1997 a 2007, três fases marcam os pedidos de patentes no Brasil, ou seja, de 1997 a 1998 ocorre uma redução, de 1999 a 2004, observa-se crescimento, em que o maior

número registrado foi no ano de 2004, com 7.484 pedidos, de 2005 a 2007 ocorre retração dos pedidos de patentes, chegando a patamares observados no início da década.

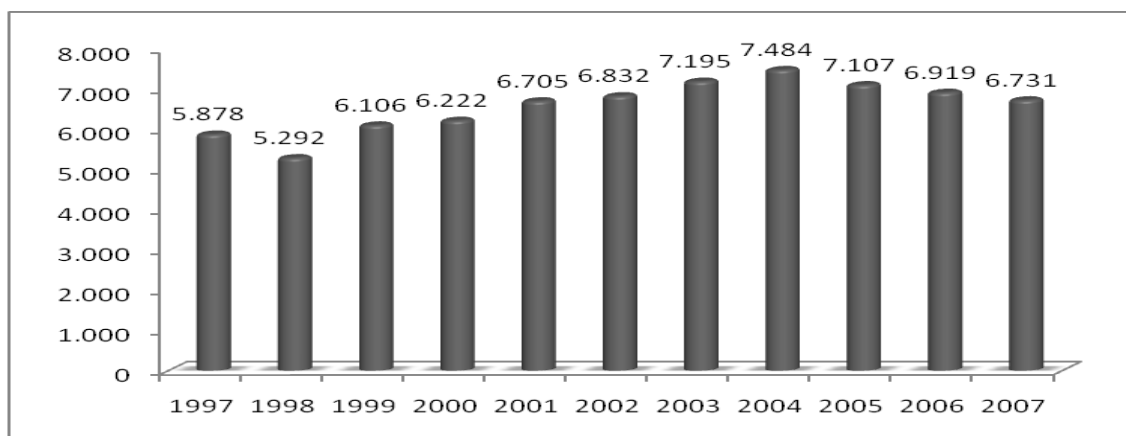


Figura 3 – Evolução dos pedidos de patentes⁹ no Brasil, 1997 a 2007.

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI - www.inpi.gov.br (2010).

Pedidos de patentes são indicadores de inovação tecnológica nos países que têm elevado número de patentes e que há grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Pode-se atribuir aos gargalos dessa questão no Brasil, às políticas públicas que não são voltadas para alavancar o desenvolvimento tecnológico do País, o que implica na dificuldade do desenvolvimento de novas tecnologias brasileiras e, sobretudo, a ausência de maior relação das universidades brasileiras e centros de pesquisas com as empresas. Neste sentido, fica o questionamento de, quando o Brasil se tornará referência para a economia global, em agregar valor aos seus produtos através de inovação tecnológica?

Como mostra a Figura 4, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade seguiu trajetória de queda ao longo do período de 1997 a 2007, demonstrando que as políticas adotadas pelo Ministério da Educação obtiveram êxito para que o povo brasileiro tivesse acesso à educação, embora as taxas de analfabetismo apresentadas ainda sejam consideradas elevadas. Sabe-se que uma sociedade com elevado nível educacional tem bem-estar satisfatório, pois os investimentos na formação intelectual é um dos caminhos para que uma economia alcance o desenvolvimento econômico.

⁹ Pedidos de Patentes Depositadas por Residentes: PI = Privilégio de Invenção, MU = Modelo de Utilidade, CA = Certificado de Adição, PCT = "Patent Cooperation Treaty" (Tratado de Cooperação de Patentes).

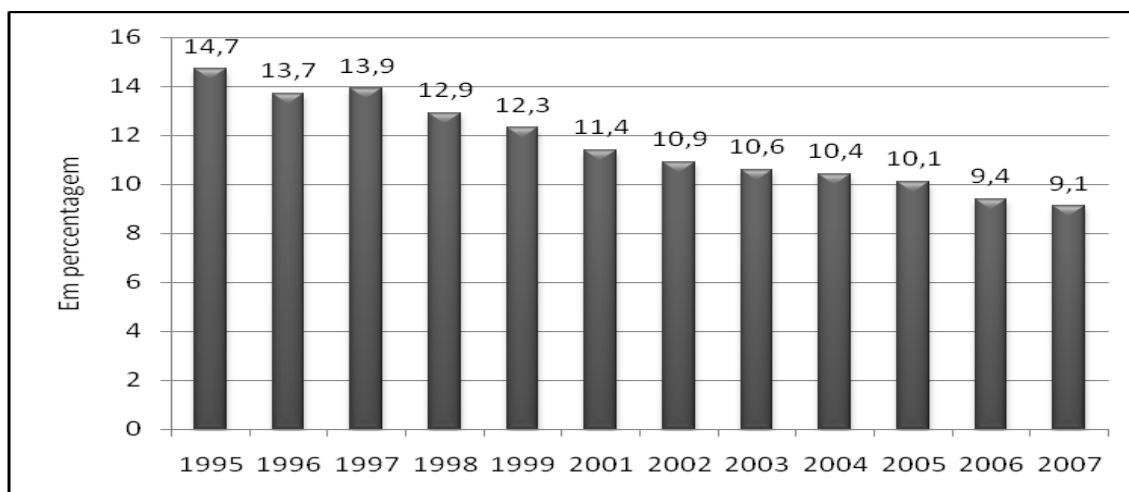


Figura 4 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, 1995 a 2007.

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IBGE - www.ibge.gov.br (2010).

O governo brasileiro vem implementando medidas para ampliar o acesso da população à educação em todos os seus níveis, mas é preciso adotar medidas mais eficazes para oportunizar o acesso à educação pública e de qualidade a todas as pessoas sem qualquer tipo de distinção, para que possa refletir em menores taxas de analfabetismo.

No que diz respeito à renda - desigualdade - coeficiente de Gini no Brasil, a Figura 5 mostra o seu comportamento no período de 1995 a 2009, em que o menor índice registrado foi de 0,543 em 2009 e, com base nos dados, é possível observar que há uma tendência de decréscimo do coeficiente de Gini nos últimos anos, o que indica a desconcentração de renda nesse período. Mesmo assim, os coeficientes apresentados na Figura 5 ainda demonstram que o Brasil possui uma alta concentração de renda.

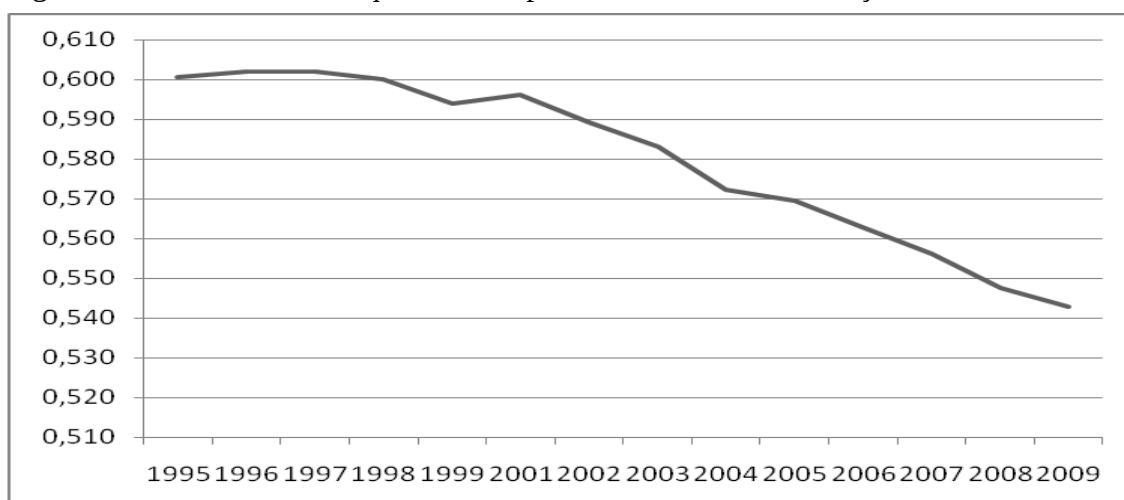
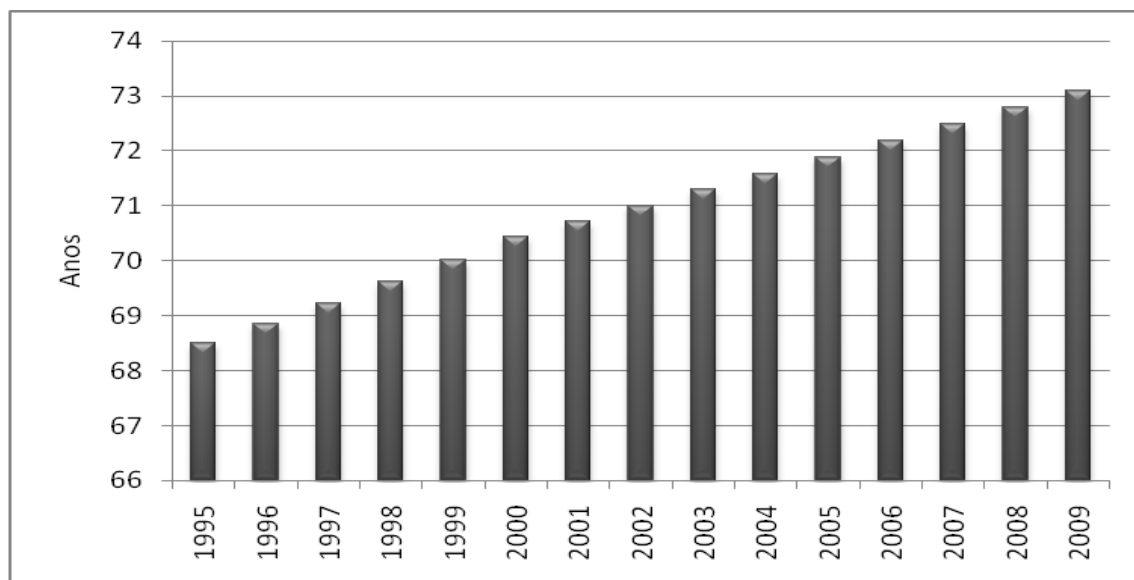


Figura 5 – Renda - desigualdade - coeficiente de Gini no Brasil, 1995 a 2009

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IPEADATA - www.ipeadata.gov.br (2010).

Vale salientar que até o início da década de 1990, a inflação alta no Brasil tinha um efeito perverso na distribuição de renda, no entanto, observa-se que, com as rápidas mudanças na economia mundial em decorrência da globalização, os baixos níveis de escolaridade atrelados a sua falta de qualidade, são responsáveis em grande medida pela concentração da renda, não só no Brasil, bem como nos demais países em que se verifica que o sistema educacional possui grandes deficiências.

De acordo com a Figura 6, a esperança de vida ao nascer aumentou, visto que ao longo de todo o período a tendência foi de crescimento, em 1995 a esperança de vida ao nascer era de 68,49 anos, em 2009 saltou para 73,09, uma elevação considerável. Os programas inseridos pelo Governo Federal na área da saúde refletiram de modo positivo na esperança de vida ao nascer.



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do IPEADATA - www.ipeadata.gov.br (2010).

Figura 6 – Esperança de vida ao nascer no Brasil, 1995 a 2009.

Tal observação demonstra que as condições de saúde dos brasileiros evoluíram de maneira positiva, refletindo na esperança de vida ao nascer. Através desse indicador é possível dizer que o aumento da longevidade impacta o consumo de bens e serviços, o que implicará em maior crescimento econômico, por outro lado, serve como parâmetro para que o sistema previdenciário brasileiro seja reestruturado, com o objetivo de atender a nova configuração da faixa etária da população.

5.1. Correlação Entre os Indicadores de Desenvolvimento

A Tabela 1 apresenta a matriz de correlação entre indicadores de desenvolvimento no Brasil, com dados anuais de 2001 a 2007. Ao examinar os dados da tabela abaixo, de modo geral, os indicadores estão correlacionados significativamente aos níveis de 1% e 5%. De acordo com a Tabela 1, observa-se a correlação negativa e significativa entre a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, renda domiciliar - *per capita* – média e esperança de vida ao nascer, de outro modo, a taxa de analfabetismo e o coeficiente de Gini apresentam correlação positiva e significativa.

Tabela 1 – Matriz de correlação dos indicadores de desenvolvimento (2001 a 2007)¹⁰

Indicadores de Desenvolvimento	PIB - variação real (% a.a.)	Renda domiciliar - <i>per capita</i> - média	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade	Renda - desigualdade - coeficiente de Gini	Esperança de vida ao nascer
PIB - variação real (% a.a.)	1,00	0,55	-0,72	-0,80*	0,75
Renda domiciliar - <i>per capita</i> - média	0,55	1,00	-0,80*	-0,72	0,76*
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade	-0,72	-0,80*	1,00	0,97**	-0,98**
Renda - desigualdade - coeficiente de Gini	-0,80*	-0,72	0,97**	1,00	-0,99**
Esperança de vida ao nascer	0,75	0,76*	-0,98**	-0,99**	1,00

Fonte: Elaboração do autor.

Nota: O teste de Correlação de *Pearson* foi realizado no *software* SPSS.

* Correlação é significativa ao nível 5%. ** Correlação é significativa ao nível 1%.

Uma sociedade com melhores níveis de escolaridade poderá auferir bons salários, o que aumenta o poder de consumo e, conseqüentemente dinamiza a economia, tornando-a pujante, além disso, reflete também na desconcentração da renda, pois se sabe que a renda concentrada gera desequilíbrios no sistema econômico.

No que se refere aos desequilíbrios gerados pela concentração de renda, pode-se citar a pobreza. Para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população, os programas de transferência de renda sem o objetivo de oportunizar o acesso à educação

¹⁰ A matriz de correlação foi elaborada com dados de 2001 a 2007 porque as séries de alguns indicadores de desenvolvimento não estão disponíveis completamente no período de 1995 a 2009.

de qualidade em suas diversas modalidades servirão apenas para elevar o consumo, ou seja, atenderá apenas ao crescimento econômico do País.

Portanto, fica evidente neste estudo, que a educação é um componente de grande relevância para o País, no sentido de que os indicadores de desenvolvimento econômico e nível de escolaridade da população estão correlacionados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram abordadas, as principais correntes teóricas do desenvolvimento econômico, com o objetivo de evidenciar o pluralismo teórico. O presente artigo faz uma análise da evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico, e de que forma os mesmos estão correlacionados, no período de 1995 a 2009.

Pode-se concluir que através da evolução dos indicadores de desenvolvimento aqui abordados, a economia brasileira precisa experimentar mudanças, principalmente nos setores capazes de elevar o bem-estar da sociedade, como melhores condições de educação, para que diminua as taxas de analfabetismo, além disso, são necessárias medidas para melhorar a distribuição de renda, pois o Brasil tem uma alta concentração de renda. Experiências internacionais evidenciam a importância da educação, como um meio de transformar de modo positivo, a sociedade em seu conjunto.

Das correlações apresentadas na matriz da Tabela 1, destaca-se a correlação significativa estatisticamente aos níveis de 1% e 5%, entre Renda - desigualdade - coeficiente de Gini e, PIB - variação real (% a.a.), taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, esperança de vida ao nascer, o que reforça a discussão de que é preciso desconcentrar a renda para ocorrer mudanças positivas na economia, com o objetivo de promover mobilidade social ao conjunto da sociedade.

É notória a necessidade de políticas públicas com o objetivo de desconcentrar a renda, e para isso, deverão ser implementadas políticas educacionais cada vez mais eficazes num horizonte de curto e longo prazos, pois a matriz de correlação evidencia o relevante papel da educação no processo de desenvolvimento econômico.

Dentro desse contexto, as instituições de ensino e pesquisa precisam repensar o seu papel enquanto agentes efetivos de desenvolvimento para o Brasil, principalmente nas regiões onde há altos níveis de concentração de renda. Dessa forma, pode-se apontar

como sugestões: a colaboração de instituições de ensino e pesquisa junto às empresas para viabilizar o processo de desenvolvimento econômico, através da inovação e aumento de produtividade dos fatores de produção.

Com base na discussão aqui apresentada, o desenvolvimento brasileiro é um tema recorrente, pois existem alguns aspectos que marcam de maneira muito forte a sociedade brasileira: a concentração de renda e o colonialismo cultural. Essas questões colocam-se como um grande desafio a ser superado.

7. REFERÊNCIAS

BISPO, Danilo Teles de Britto. **Determinantes dos salários reais na indústria de transformação da Bahia no período de 2001-2008: teoria e evidências**. 2010. 56 f. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, crescimento e salários**. Texto para Discussão EESP/FGV n.169. Versão de 14 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2764>>. Acesso em: 26 mar. 2010. p. 1-33.

_____. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para Discussão EESP/FGV 157, dezembro 2006). Versão de 31 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHistoricoDesenvolvimento.31.5.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; Silva, César Roberto Leite da; Vicente, José Roberto. **Comércio agrícola e o desenvolvimento econômico brasileiro**. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/ixcongresso24.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2010. p. 1-21.

CORREA, Fernando Motta; SHIMA, Walter Tadahiro; PESSALI, Huáscar Fialho. Emprego e tecnologia na indústria de transformação brasileira, paulista e nordestina na fase de consolidação produtiva. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n.1, p. 1-13, jan./mar. 2008.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni, São Paulo: Nova Cultural, 1996. 301 p.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: Um conceito multidimensional. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**. V. n.1. p. 44-61, 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas, São Paulo: Abril Cultural, 1997. 237 p.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Tradução de Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1996. 471 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993. 242 p.

TAVARES, Maria da Conceição. Notas de aula sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. **Centro Internacional CELSO FURTADO de Políticas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/17_20070830212054.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2010. p. 1-11.

TEODHORO, Mário. **A questão de desenvolvimento: uma releitura**. In: J.P. e Arrochellas, M.H.. (Org.). Desenvolvimento, Subsistência e Trabalho Informal no Brasil.: Ed. Cortez, 2004. 165 p.